



15
C.

A/C Sr. Diretor do IPURB,
Cláudio Marcelo Germiniani

PARECER TÉCNICO

Alteração de zona rural para zona urbana

ZI (Zona Industrial) e ZR3 (Zona Residencial 3 – Média Densidade)

Considerando os seguintes pontos:

- o crescimento da cidade acontece para o lado Norte, em direção à São Valentim e Tuiuty;
- que ao longo da RSC 470 é mais aconselhável ter indústrias do que residências;
- que ao longo de praticamente toda RSC 470 dentro do perímetro urbano a zona atual é Zona Industrial (com exceção da faixa no acesso Sul e na faixa de acesso ao Vale dos Vinhedos);
- que uma área isolada do perímetro urbano, foi recentemente passada de zona rural para zona industrial;
- que o perímetro urbano deve ter continuidade, sem existir áreas rurais entre um ponto urbano e outro;
- que o entorno próximo à Estrada da Uva e do Vinho tem se tornado com o passar dos anos uma Estrada com características urbanas.

Conclui-se, do ponto de vista técnico, que:

- todos os terrenos com frente para a RSC 470 serão Zona Industrial (ZI) desde o final do atual perímetro urbano até as proximidades do Posto Megapetro onde atinge a área recentemente transformada em Zona Industrial (conforme mapa em anexo);
- partindo do eixo da Estrada da Uva e do Vinho, 400m à Leste da mesma será Zona Residencial 3 (ZR3) (conforme mapa em anexo);
- partindo do eixo da Estrada da Uva e do Vinho até atingir os fundos dos terrenos que fazem frente para a RSC 470, Zona Industrial, também será Zona Residencial 3 (ZR3) (conforme mapa em anexo).



Distrital
IPURB

Tuiuty
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO

Ata 05/2010

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e dez, às nove horas, nas dependências do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Planejamento Distrital de Tuiuty. A Coordenadora da Distrital, Ângela Petrolí, fez a contagem dos presentes e, em havendo quorum deu por aberta a sessão. A seguir, foi feita a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada por todos os presentes. A arquiteta Ângela Petrolí comunicou aos presentes que o arquiteto Júlio Pozzenatto fora convidado pelo Instituto para participar da reunião, com o intuito de esclarecer as dúvidas referentes ao projeto de ampliação da Vinícola Salton. A Coordenadora, passou a palavra ao arquiteto Júlio Pozzenatto, que discorreu sobre a solicitação de aprovação do projeto da Vinícola. O Diretor do IPURB, Cláudio Marcelo Germiniani, falou sobre a proposta feita pela Vinícola Salton, de arcar com as despesas para mudar o traçado da rua, caso o Conselho permitisse a ampliação da estrutura da empresa para debaixo da rua e a construção do muro no alinhamento. O arquiteto Júlio Pozzenatto ressaltou o interesse da Vinícola Salton em permanecer na cidade, porém com o crescimento dos últimos anos a ampliação solicitada se faz necessária, mesmo que para isso precise construir uma unidade em outra cidade. Sanadas as dúvidas dos presentes, o Diretor do IPURB, Cláudio Marcelo Germiniani, e a Coordenadora Distrital, Ângela Petrolí, agradeceram a presença do arquiteto Júlio Pozzenatto, que se retirou da reunião para que o Conselho pudesse deliberar acerca do assunto. O Diretor do IPURB enfatizou que a Prefeitura não dispõe de verba para mudar o traçado da rua e que no alinhamento já possui uma construção, por isso nada iria mudar, apenas o fato da empresa se comprometer com a comunidade para mudar o traçado da rua em até 10 (dez) anos. Após discussão, o assunto foi colocado em votação. Com 5 votos favoráveis e 2 contrários, o Conselho aprovou a solicitação da Vinícola Salton. Em seguida, passaram a analisar a alteração de alinhamento nas estradas do Distrito. A arquiteta Ângela Petrolí fez uma explicação detalhada para os Conselheiros sobre a proposta de alteração das vias. As vias de 1ª, 2ª e 3ª categorias continuam como prevê o Plano Diretor do Município; para as vias interdistritais, que deverá se contar 10,5m a partir do eixo da via, sendo 3,5m de faixa de rodagem mais 2,5m de passeio e/ou acostamento mais 4,5m de recuo de jardim e/ou agricultura e, para as vias de 4ª categoria deverá contar 10m a partir do eixo sendo 3m de faixa de rodagem mais 2,5m de passeio e/ou acostamento mais 4,5m de recuo de jardim e/ou agricultura. O Diretor do IPURB, Cláudio Marcelo Germiniani enfatizou que a solicitação da alteração do alinhamento foi feita pelo vereador Adelino Cainelli. Os Conselheiros discutiram sobre o assunto. A Conselheira Tereza Federizzi, responsável técnica, sugeriu fazer a mesma metragem para as vias interdistritais e as de 4ª categoria, além de alterar de 10,5m para 11m, sendo 3,5 de faixa de rodagem mais 2,5m de passeio e/ou acostamento mais 5m de recuo de jardim e/ou agricultura. A Coordenadora, Ângela Petrolí, dividiu a votação em duas, sendo a primeira a proposta do vereador Adelino Cainelli e a segunda a sugestão da Conselheira Tereza Federizzi. A solicitação do vereador Adelino Cainelli teve 4 votos contra e 3 a favor da alteração proposta. A sugestão da Conselheira Tereza Federizzi foi aprovada pelo Conselho com 5 votos favoráveis e 2 contrários. A seguir, passaram a analisar a proposta de alteração do regimento interno do Conselho, passando este de deliberativo para consultivo. O Diretor do IPURB, Cláudio Marcelo Germiniani, explicou aos presentes que a alteração foi requerida pela Câmara Municipal de Vereadores. A Conselheira Tereza Federizzi colocou que os conhecedores da realidade rural são os próprios moradores do Distrito. Vários dos Conselheiros manifestaram falta de motivação para participar das reuniões de um Conselho que somente seria consultado. Após discussão, foi colocado em votação o assunto que obteve parecer negativo do Conselho por unanimidade dos votos. Em seguida, passaram a analisar a solicitação de ampliação do perímetro urbano do Distrito de Tuiuty para 400m do lado leste da Estrada da Uva e do Vinho e até os fundos dos terrenos que tem frente para a RSC 470 no lado oeste. Após discussão, os Conselheiros emitiram parecer negativo quanto a ampliação, com 4 votos contrários e 3



IPURB

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO

votos a favor desta. O Diretor do IPURB, Cláudio Marcelo Germiniani, salientou que os assuntos discutidos na reunião passarão pelo Conselho Municipal de Planejamento – COMPLAN, Fórum de Políticas Públicas e Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves para posterior aprovação ou não das alterações. Em sequência, passaram a analisar a proposta de ampliação dos aglomerados funcionais e multifuncionais do Distrito, sendo o aglomerado funcional a Linha Passo Velho e o multifuncional a Sede de Tuiuty. A arquiteta Ângela Petrolí explicou aos presentes que nos aglomerados é permitido um índice maior de construção. Após discussão, os Conselheiros se colocaram contrários à solicitação, por unanimidade de votos. O Diretor do IPURB, Cláudio Marcelo Germiniani, agradeceu a todos pela presença e desculpou-se por ter que se retirar da reunião. Após, foi analisado o processo 5.922/10, requerente CGN Esquadrias Ltda Me, que solicitou regularização de obra e alinhamento. Os Conselheiros discutiram sobre o assunto que, em seguida, foi colocado em votação. Por unanimidade de votos dos presentes a solicitação do requerente foi aprovada mediante a restrição de que este não poderá mais fazer nenhuma ampliação. A Coordenadora da Distrital, Ângela Petrolí, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata que será lida e aprovada na próxima reunião do Conselho. A lista com as assinaturas dos presentes será anexa a este documento que será posteriormente assinado por quem de direito e arquivado em pasta própria.

Bento Gonçalves, 17 de agosto de 2010.

Ata 28/2010

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e dez, às quinze horas, nas dependências do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPURB, realizou-se a reunião do Conselho Municipal de Planejamento – COMPLAN. O Presidente do COMPLAN e Diretor do IPURB, Sr. Cláudio Marcelo Germiniani, solicitou a contagem dos membros presentes e, em havendo quorum, deu por aberta a sessão. Participaram da reunião: Nelson Provensi, representante da EMBRAPA; Luiz Matinelli, representante do DAER; Brunno Pavoni, representante da Secretaria de Obras, Miguel Baumgartner, Secretário de Finanças; Artêmio Riboldi Júnior, representante da Secretaria de Saúde, Airton Minúsculi, Secretário de Meio Ambiente; Clóvis Tomazelli, representante da Secretaria de Transportes; Cláudio Marcelo Germiniani, Diretor do IPURB; Ângela Petrolí, representante do IPURB; Ricardo Signor, representante da ASCON; Diogo Parisotto, representante do CIC; Samuel Hilgert Pizzetti, representante da AEARV; Fernanda Versetti, representante do CREA; Ari Pelicioli, representante da UACB; Iluir Santini Wagner, representante do Fórum das Cooperativas; Jaime Dall Agnese, representante da ASCORI; Leandro Santarossa, Secretário de Desenvolvimento Econômico. Primeiramente, o Presidente do COMPLAN mencionou a presença do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Sr. Valdecir Rubbo, como convidado. Em seguida, propôs aos presentes o tempo máximo de 10 minutos para a discussão de cada item da pauta do dia e, obtendo consentimento positivo dos membros presentes, passou a ler a pauta da reunião. Em seguida, o Presidente do COMPLAN, Sr. Cláudio Marcelo Germiniani, fez a leitura do e-mail enviado pelo Conselheiro Felipe Panizzi Possamai, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, onde mencionava que as datas das reuniões que já haviam sido estabelecidas pelo Conselho não estariam sendo respeitadas. O Presidente do COMPLAN e Diretor do IPURB, Sr. Cláudio Marcelo Germiniani, justificou aos Conselheiros que as reuniões estavam sendo marcadas extraordinariamente pela urgência com a qual os referidos assuntos deveriam ser discutidos e deliberados. Os Conselheiros emitiram parecer positivo quanto à justificativa do Presidente do Conselho. Em seguida, passaram a discutir sobre a proposta de alteração da faixa de preservação ambiental nos arroios, cuja proposta solicita a alteração da Lei Municipal, para que a faixa de preservação nos arroios do município passe de 50m e 100m para 30m, conforme o art. 3º da resolução 303/2002 do CONAMA. O Conselheiro Artêmio Riboldi, representante da Secretaria de Saúde, pediu a palavra e, em havendo consentimento por parte do Presidente do COMPLAN, iniciou sua explanação, colocando-se contrário à proposta apresentada. O Conselheiro Jaime Dall Agnese, representante da ASCORI, fez suas considerações acerca da discussão feita no Congresso Nacional sobre a redução da faixa de 30m para 15m, e acrescentou que o município precisa fazer um controle fiscal das construções unifamiliares e das empresas que estão no local e as que serão implantadas. O Conselheiro Airton Minúsculi, Secretário do Meio Ambiente, ressaltou aos presentes que a solicitação está de acordo com a Lei do CONAMA. Os Conselheiros discutiram sobre o assunto e, não havendo mais colocações a serem feitas, foi colocado o assunto em votação. Com 15 votos a favor e 2 votos contrários, ficou aprovada a alteração da faixa de preservação ambiental nos arroios. Os votos contra a proposta foram do Conselheiro Artêmio Riboldi e Nelson

COMPLAN

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

BENTO GONÇALVES | RS

Provensi, que solicitaram seus nomes constando em ata. Em seguida, os Conselheiros passaram a discutir sobre o próximo assunto em pauta, referentemente à alteração do tamanho mínimo para lotes urbanos. O Presidente do COMPLAN, Cláudio Marcelo Germiniani, passou a palavra ao Conselheiro Jaime Dall Agnese que explicou a solicitação da ASCORI para reavaliação do Plano Diretor vigente no que diz respeito ao tamanho mínimo para lotes urbanos. Foi apresentado o parecer técnico emitido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPURB cuja proposta de alteração da dimensão mínima dos lotes em todas as áreas urbanas do município é para 240 m², sendo 10m a dimensão mínima da testada do lote, valendo apenas para áreas que terão novos parcelamentos do solo, em áreas não urbanizadas. Os presentes discutiram sobre o assunto e em seguida, o Presidente do Conselho, colocou em votação o assunto. Com 16 votos favoráveis e 1 voto contrário, ficou aprovada a alteração do tamanho mínimo para lotes urbanos, ficando revogada toda a legislação em conflito com a proposta apresentada. A seguir, passaram a analisar o terceiro item da pauta, sobre a alteração de zona rural para zona urbana – zona industrial na área localizada ao longo da RST 470. O Conselheiro Airton Minúsculi, Secretário do Meio Ambiente, parabenizou a equipe do IPURB pelo trabalho que vem sendo desenvolvido. O Conselheiro Leandro Santarossa, Secretário do Desenvolvimento Econômico, ressaltou a importância da instalação de empresas para o desenvolvimento do município, bem como a disposição de locais para a implantação destas empresas. A Conselheira Fernanda Versetti, representante do CREA, e o Conselheiro Jaime Dall Agnese, representante da ASCORI, fizeram suas explicações sobre a possibilidade de se pensar na ampliação da área urbana. O Presidente do COMPLAN, Cláudio Marcelo Germiniani, lembrou aos presentes que o assunto em questão passará pela reunião do Conselho Distrital de Tuiuty. Após discussão, o Presidente colocou em votação o assunto que foi aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes. A seguir, os Conselheiros passaram a discorrer sobre a alteração proposta no quarto item da pauta, referentemente à alteração de zona industrial (ZI) e zona residencial 3 (ZR3) para Sítios de Lazer. O Presidente do COMPLAN faz a explanação do assunto para os Conselheiros presentes, colocando-os a par da situação irregular em que se encontra o loteamento do Sr. Guido Schmitz. O Presidente do COMPLAN, Cláudio Marcelo Germiniani, explicou aos presentes que a proposta é criar um zoneamento no local para posterior regularização. Na sequência, mostrou aos presentes o ofício encaminhado ao IPURB pela Promotoria de Justiça, onde consta a solicitação de informação sobre o processo de regularização do parcelamento do solo do loteamento do Sr. Guido Schmitz. A seguir, o Presidente do COMPLAN colocou em votação o item que foi aprovado por 16 votos favoráveis e 1 voto contrário, sendo este do Conselheiro Luis Martinelli, que solicitou constar em ata o seu nome. Em seguida, passaram a analisar o quinto item da pauta, referentemente à alteração de zona de proteção aos mananciais 2 (ZPM2) para zona comercial 1 (ZC1). O Presidente do Conselho, Cláudio Marcelo Germiniani, passou a palavra à arquiteta Ângela Petrolí, representante do IPURB, que explicou o parecer técnico apresentado, cuja análise concluiu que ser possível a alteração prevista na rua Nelson Carraro. Os Conselheiros presentes discutiram brevemente e, após, o Presidente do Conselho colocou o assunto em votação. Por unanimidade de votos, o Conselho aprovou a

COMPLAN

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

BENTO GONÇALVES | RS

alteração de zona de proteção aos mananciais 2 (ZPM2) para zona comercial (ZC1) na rua Nelson Carraro, devendo ser aplicado no que se refere ao IA (Índice de Aproveitamento) e ao TO (Taxa de ocupação) os mesmos índices da ZPM2. A seguir, passaram a discorrer sobre o sexto item da pauta da ordem do dia, referente ao Código de Obras (Código de edificações). Os Conselheiros, sugeriram discutir sobre os itens de número 6 e 7 da pauta prevista na próxima reunião do COMPLAN por se tratar de um assunto que exige tempo para análise. O Presidente colocou em votação a sugestão de adiar a deliberação desses dois assuntos e, por unanimidade de votos, os referidos assuntos serão incluídos na pauta da próxima reunião do COMPLAN, que será marcada posteriormente. Em seguida, discorreram sobre a solicitação por parte da ASCON, para que esta entidade seja incluída no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC. O Conselheiro Ricardo Signor, representante da ASCON, justificou a solicitação do pedido da cadeira da entidade junto ao COMPAHC. O Conselheiro Luis Martinelli, representante do DAER, se retirou da reunião. O Presidente do Conselho, dando sequencia ao assunto, enfatizou que as entidades ASCORI e CREA também solicitaram acento junto ao referido COMPAHC. O pedido de inclusão das entidades não-governamentais, ASCON, ASCORI e CREA, no COMPAHC foi colocado em votação e aprovado por unanimidade de votos dos presentes. Os Conselheiros do COMPLAN sugeriram para a representação das entidade governamentais, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a União de Associação de Bairros. Por unanimidade de votos, os Conselheiros aprovaram a sugestão de inclusão dessas duas entidades governamentais no Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC. A seguir, passaram a analisar a o assunto sobre as duas entidades que não compareceram nas últimas reuniões que, de acordo com o capítulo III, art. 3º, parágrafo 4º, do Decreto 6.562, de 03 de junho de 2008, que aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Planejamento, **“perderá o mandato o membro que deixar de pertencer ao órgão pelo qual foi indicado ou, sem justificativa, faltar a 03 (três) reuniões consecutivas”**. Sendo assim, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves e a ASARVI, deverão ser substituídos por outras duas entidades a serem indicadas pelo COMPLAN. O Presidente do Conselho, Cláudio Marcelo Germiniani, apresentou a proposta da Ascon, que sugere que uma das vagas em aberto seja suprida pela Comissão de Loteadores. O Presidente do COMPLAN explicou para os membros presentes que esta alteração implicará também na alteração do Regimento Interno, capítulo III, art. 3º, inciso II, alínea b, onde está indicado apenas um representante da ASCON, alterar para dois representantes. Por unanimidade de votos dos membros presentes, o item foi aprovado. A seguir, passaram a analisar a solicitação da AEARV para se tornar entidade parceira do município de Bento Gonçalves. O Conselheiro Samuel Pizzetti, Presidente da AEARV, justificou a solicitação aos membros presentes e, em seguida, o Presidente do COMPLAN, colocou em votação o assunto, que foi aprovado por unanimidade de votos. O Presidente do Conselho e Diretor do IPURB, Cláudio Marcelo Germiniani, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata que será arquivada juntamente com a lista de assinaturas e os documentos da pauta, em pasta própria e arquivada.

COMPLAN

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

BENTO GONÇALVES | RS

Bento Gonçalves, 09 de julho de 2010.



Ata 04/2010

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dez, às quatorze horas, nas dependências do auditório do Bloco A da Universidade de Caxias do Sul, no Campus da Região dos Vinhedos, realizou-se a reunião do Fórum de Políticas Públicas para deliberar os assuntos da ordem do dia. O Presidente do Fórum e Diretor do IPURB, Senhor Cláudio Marcelo Germiniani, voltou-se aos presentes, saudando - os e solicitando a gentileza de aguardarem os 30 minutos regimentais para fazer nova constatação de quorum. Passados os 30 minutos, foi feita nova contagem e, em havendo quorum, foi dada por aberta a sessão. O Presidente iniciou seu pronunciamento, fazendo menção à ata da reunião anterior, questionando se haveria necessidade de se fazer a leitura ou se poderia colocá-la direto em votação, uma vez que o documento fora encaminhado a todos os Conselheiros através de e-mail. Os presentes optaram por colocar a ata em votação sem fazer a sua leitura, pois declararam estar cientes do que nela consta, uma vez que a receberam por e-mail alguns dias após a última reunião. A ata foi colocada em votação pelo Presidente do Fórum e aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros presentes. Passou-se então a leitura da pauta. Nesse momento o Presidente do Fórum sugeriu aos presentes a divisão da pauta em três blocos para realização das votações. A sugestão foi colocada em apreciação e, aprovada com 19 (dezenove) votos favoráveis e 4 (quatro) votos contrários. Passaram então a análise do primeiro bloco de assuntos. O Presidente do Fórum abriu espaço para discussões, sugestões, exposições e manifestações por parte dos presentes. O Conselheiro Antônio Frizzo, representante da ABEPAN, tomou posse da palavra, denominando-se como um representante da comunidade, além de representante da entidade pela qual foi nomeado para ocupar o acento do Fórum. Após várias ponderações, questionou sobre o ganho da comunidade com as alterações propostas e, acrescentou que elas implicariam em renúncia de receita. O Conselheiro Ricardo Sivieiro, representante titular da ASCORI, ressaltou que todas as alterações que estavam sendo propostas no Fórum de Políticas Públicas, já haviam passado pela análise técnica do Conselho Municipal de Planejamento - COMPLAN e, acrescentou que se posicionaria contrário à alteração que propõe a alteração de zoneamento de Zona Especial de Habitação Unifamiliar para Zona Especial de Interesse Social 2, em área localizada no bairro São Roque. O Presidente do Fórum ressaltou que a prioridade da administração atual é o programa "Minha Casa, Minha Vida" e acrescentou esclarecimentos sobre as propostas de alterações. O Senhor Airtón Minúsculi, Secretário Municipal do Meio Ambiente, afirmou que, a aprovação das alterações que estavam sendo apresentadas, beneficiariam o povo, principalmente os menos favorecidos. O Conselheiro Luis Martinelli, representante do DAER, demonstrou preocupação quanto às vias de acesso estruturais, ressaltando a dificuldade de movimentação de veículos, dentro do município. O Senhor Gonçalo Miguel Baumgartner, Secretário Municipal de Finanças, tomou posse da palavra para esclarecimentos sobre a renúncia de receita, citada pelo Conselheiro Antônio Frizzo, afirmando que em nenhuma dessas alterações poderá haver tal renúncia, pois o município poderá arrecadar mais na mesma proporção em que poderá arrecadar menos e, a referida renúncia, somente acontece quando existe um fator gerador, o que não era o caso. Alguns Conselheiros sugeriram ao Presidente do Fórum, fazer a apreciação item a item. A sugestão foi colocada e, aprovada por unanimidade de votos dos presentes. O Presidente do Fórum passou a apresentar item a item e colocá-los em votação. A alteração de Zona Residencial 3 para Zona Especial de Interesse Social 2, foi aprovada com 22 (vinte e dois) votos a favor e 1 (um) voto contrário. A alteração de Zona Residencial 3 para Zona Residencial 3 - Mista, foi aprovada por 22 (vinte e dois) votos a favor e 1 (um) voto contrário. A alteração de Sítios de Lazer para Zona Industrial, foi aprovada por unanimidade de votos. A alteração de Zona Residencial 3 - Mista para Zona Residencial 1, foi aprovada com 18 (dezoito) votos a favor e 5 (cinco) votos contrários. A alteração de Área de Preservação Permanente para Zona Especial de Habitação Unifamiliar, foi

29
1

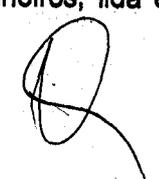


IPURB

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO

30
L

aprovada por unanimidade de votos dos presentes. A alteração de Zona Especial de Habitação Unifamiliar para Zona Especial de Interesse Social 2, foi aprovada por 17 (dezesete) votos a favor e 6 (seis) votos contrários. A alteração de Zona Especial de Habitação Unifamiliar para Zona Especial de Interesse Social 2, foi aprovada com 21 (vinte e um) votos a favor e 2 (dois) votos contrários. A alteração de Zona Rural para Zona Urbana ZI e Zona Rural para Zona Urbana ZR3, em área localizada no Distrito de Tuiuty, ao longo da RSC 470, foi aprovada por 19 (dezenove) votos a favor e 4 (quatro) votos contrários, terminando assim a apreciação de assuntos do primeiro bloco. O Conselheiro Antônio Frizzo solicitou que constasse em ata que a votação não havia sido nominal. O Presidente do Fórum, passou a apresentar o segundo bloco de assuntos, fazendo a leitura dos itens. Explicou a solicitação de transformação do Decreto 7.085 em Lei. Sem manifestações por parte dos presentes, colocou o assunto em votação e, este foi aprovado por unanimidade de votos dos presentes. Em seguida, o Presidente do Fórum, explicou a proposta de alteração no Plano Diretor. O assunto foi colocado em votação e aprovado por 22 (vinte e dois) votos a favor e 1 (um) voto contrário. A proposta de alterações no Código de Edificações também foi apresentada pelo Presidente do Fórum e, após, colocada em apreciação. Esta foi aprovada por 22 (vinte e dois) votos a favor e 1 (um) voto contrário. Passaram, então, a analisar a mudança de caráter dos Conselhos, de deliberativo para consultivo, sendo eles: o COMPAHC, os Conselhos Distritais e o Fórum de Políticas Públicas. O Conselheiro Antônio Frizzo afirmou que aceitar a proposta da mudança de caráter é dar um passo para trás. A Conselheira Raquel Scotton, representante da Secretaria de Turismo, colocou sobre a discussão do COMPAHC em relação a esta solicitação e, ressaltou que o Conselho gostaria de permanecer deliberativo. O Secretário do Meio Ambiente, Airton Minúsculi, falou sobre a Comissão de Patrimônio, formada por Conselheiros do COMPAHC, que objetiva criar uma legislação de incentivo à preservação do patrimônio histórico e cultural do município. A solicitação de alteração do caráter do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC, de deliberativo e consultivo para somente consultivo foi rejeitada por unanimidade de votos dos presentes. A solicitação de alteração do caráter dos Conselhos Distritais, de deliberativo para consultivo, foi rejeitada com 19 (dezenove) votos contrários e 4 (quatro) votos favoráveis. A solicitação de alteração do caráter do Fórum de Políticas Públicas, de deliberativo para consultivo, foi apresentada aos Conselheiros. O Presidente do Fórum informou que, em conformidade com o artigo 30 de Regimento Interno (que prevê a apresentação do terno a ser alterado em sessão e, se considerado objeto de deliberação, deverá ser discutido e votado em outra sessão previamente marcada), os Conselheiros deveriam optar por levar o assunto a efeito ou não na próxima reunião. Com 12 (doze) votos favoráveis e 11 (onze) contrários, os Conselheiros decidiram não prosseguir com o assunto, permanecendo o Fórum de Políticas Públicas em caráter deliberativo. O Presidente do Fórum fez a leitura dos itens do terceiro bloco de assuntos. A arquiteta Ângela Petrolí tomou posse da palavra para explanar sobre as alterações propostas. O Conselheiro Artêmio Riboldi Júnior, representante da Secretaria Municipal de Saúde, sugeriu retirar do bloco as propostas para ampliação dos aglomerados de São Miguel e de São Pedro, afirmando que, essas áreas encontram-se próximas à bacia de captação, por esse motivo, poderia haver uma maior contaminação da água. O tema foi colocado em votação pelo Presidente do Fórum e, aprovado com 20 (vinte) votos favoráveis e 3 (três) votos contrários. Passaram a analisar a solicitação de alteração das bandas do Distrito de São Pedro para regularização de condomínio fechado existente no local. O Presidente do Fórum explicou o item, ressaltando que este foi aprovado pelo Conselho de Planejamento Distrital. O assunto foi colocado em votação e, aprovado por 21 (vinte e um) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. O Presidente do Fórum agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a sessão e, aproveitando a oportunidade, para se desculpar com o Conselheiro Antônio Frizzo, pelas desavenças entre eles em reuniões anteriores. O Conselheiro Antônio Frizzo aceitou o pedido de desculpas do Presidente do Fórum. Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata que será encaminhada eletronicamente aos Conselheiros, lida e



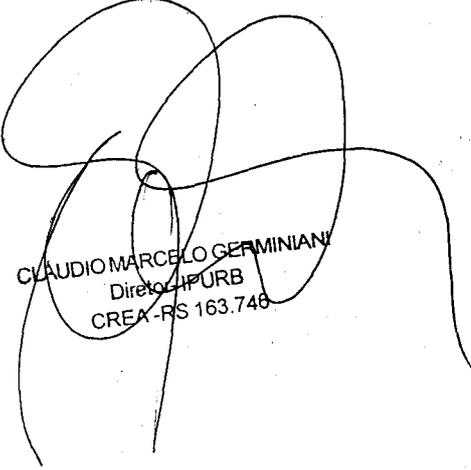


IPURB

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO

aprovada na próxima reunião. Todas as alterações propostas serão anexadas a esta ata, juntamente com a lista de assinaturas dos presentes. Todos os documentos serão arquivados em arquivo próprio do Fórum de Políticas Públicas.

Bento Gonçalves, 01 de outubro de 2010.


CLAUDIO MARCELO GERMINIANI
Diretor IPURB
CREA-RS 163.746

Ata 03/2011

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e onze, às quinze horas, nas dependências do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano - IPURB, realizou-se a reunião do Conselho Municipal de Planejamento - COMPLAN. Participaram da reunião: Luis Filipe Trevisan, representante da AEARV; Ricardo Signor, representante da ASCON; Jaime Dall'Agnese, representante da ASCORI; Diogo Parisotto e Angelo Roman Ross, representantes do CIC; Fernanda Versetti, representante do CREA; Cláudio Marcelo Germiniani e Ângela Petrolli, representantes do IPURB; Rafael Domeles da Silva e Jaime Romagna, representantes da OAB; Talita Poletti Dutra, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Olívio Barcelos de Meneses, representante da Secretaria Municipal de Finanças; Clóvis Tomezzeli, representante da Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Mobilidade Urbana; Jânio Gazolla, representante da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas; Airtón Minusculi, representante da Secretaria Municipal do Meio-Ambiente; Vinícius Gialdi, representante do SINDIBENTO; Ari José Pelicoli, representante da UACB; e Miguel Angelo Santin, representante da UCS/CARVI. O Presidente do Conselho deu as boas-vindas a todos e, em havendo quorum, foi iniciada a sessão. Primeiramente colocou-se em votação a ata da reunião anterior. Como não houve necessidade de realizar-se a leitura da mesma, uma vez que todos os Conselheiros afirmaram ter recebido o documento por e-mail, passou-se diretamente à votação. Por unanimidade de votos dos presentes, a ata da sessão anterior foi aprovada. O Presidente Cláudio Marcelo Germiniani passou então aos assuntos da pauta do dia, informando que antes da análise dos assuntos, ele faria a leitura de um ofício recebido em nome da AEARV, ASCON, ASCORI, CREA e CIC, referente aos assuntos da pauta enviados aos Conselheiros. Neste ofício enviado ao Conselho foi solicitado que não se fizesse análise e votação de nenhum dos assuntos em pauta em função do grau de importância das mesmas (liberação de pavimentos de garagem acima do nível do meio-fio sem computar na altura), sugerindo então a criação de uma comissão com membros de entidades privadas e do órgão público para debate das alterações propostas. O Sr. Secretario Airtón Minusculi pediu qual era a opinião do IPURB a respeito da criação desta comissão e o Presidente Cláudio Marcelo Germiniani ressaltou a importância da relação entre poder público e privado, concluindo ser importante o debate dos assuntos nessa comissão. O cancelamento de análise e votação das pautas, bem como a sugestão de criação de uma comissão foi explanada, discutida e votada sendo que por unanimidade de votos foram aprovados o cancelamento da votação e a criação desta comissão proposta. O Diretor falou sobre solicitação do Exmo. Sr. Prefeito que falava sobre a minimização dos barulhos e sujeira das obras, sendo que a maioria dos Conselheiros presentes lembraram que qualquer obra, seja ela com escavação para pavimentos abaixo ou construção de pavimentos acima do meio-fio, é significado de barulho e sujeira, e ressaltaram a

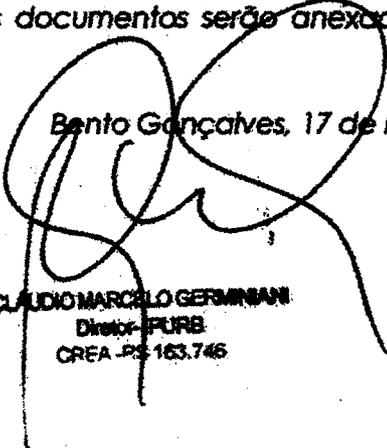
importância da reflexão sobre o que é mais incômodo: 2 anos de obra e barulho, ou uma vida inteira de sombreamento na cidade como um todo. No debate específico sobre quem faria parte dessa comissão, o Diretor Cláudio Marcelo fala sobre ofício recebido do Presidente da Câmara de Vereadores o Vereador Valdecir Rubbo, solicitando que um Vereador faça parte das reuniões da comissão, como ouvinte, para que a Câmara possa melhor entender os assuntos técnicos e facilitar a votação das alterações na Câmara quando os assuntos forem enviados à mesma. O Sr. Jaime Dall' Agnese opinou sobre as alterações do Plano Diretor, que as mesmas deveriam ser feitas a cada 10 anos, com um objetivo de alteração global, sendo que as alterações com menos grau de importância poderiam ser discutidas e realizadas diretamente pelo IPURB, sem passar pela análise do COMPLAN, sendo criada uma súmula dessas alterações para facilitar o entendimento de quem trabalha com a área da construção civil. O Diretor Cláudio Marcelo ressaltou que todos assuntos enviados ao COMPLAN são assuntos verificados no trabalho do dia a dia do Instituto, no contato dos profissionais que trabalham no órgão público com os profissionais de instituições privadas. Após debate geral de assuntos e opiniões dos Conselheiros, foi discutido sobre quantas pessoas e quais entidades fariam parte da Comissão. Foi colocado em votação a presença de um Vereador nas reuniões da comissão, sendo que ficou aprovada a mesma com apenas 1 voto contrário, do representante da OAB, alegando que deveriam fazer parte desta comissão apenas entidades que fazem parte do COMPLAN. Após foi colocado em votação a sugestão de 3 instituições privadas fazerem parte da comissão, sendo as mesmas 3 das 5 que enviaram o ofício sugerindo a criação da Comissão, mais 3 técnicos do IPURB. A mesma foi aprovada com apenas 1 voto contrário, de Ari Peliccoli, que defendia a participação da entidade à qual representa nessa comissão: a Associação dos Moradores de Bairros. Atendendo a manifestação e solicitação do Conselheiro Aírton Minusculi, foi votado e aprovado a inclusão da Associação dos Moradores de Bairros e representante da Câmara de Vereadores como ouvintes junto a Comissão, com 1 voto contrário do representante da OAB quanto a participação de um representante da Câmara de Vereadores. Ficou decidido também que até a 2ª feira dia 23 de maio as associações que fazem parte da comissão deverão encaminhar um ofício ao IPURB informando o nome da pessoa que as representarão, sendo a primeira reunião marcada para a 6ª feira dia 27 de maio às 15hs nas dependências deste Instituto. O Presidente do COMPLAN ressaltou que nessas reuniões deverão ser discutidos os assuntos da pauta do dia, sendo que a próxima reunião do COMPLAN já fica marcada para o dia 21 de Junho, e caso a comissão não tiver apresentado as novas propostas para os assuntos, será votado a proposta encaminhada pelo IPURB. Os conselheiros expuseram a preocupação pela demora no envio das alterações já aprovadas pelo COMPLAN e pelo FÓRUM, por parte do Poder Executivo à Câmara de Vereadores, para que sejam votadas e posteriormente implementadas. Diante da demora excessiva este Conselho decidiu colocar em votação proposta para enviar ofício ao Exmo. Sr. Prefeito, solicitando maior presteza no envio das alterações propostas e até então não enviadas para votação na Câmara de Vereadores, uma vez que este Conselho tem função deliberativa, a mesma foi aprovada por unanimidade de votos. O Presidente do Conselho, Cláudio

COMPLAN

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
BENTO GONÇALVES | RS

Marcelo Germiniani, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão. Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata que será enviada por e-mail a todos os Conselheiros, lida e aprovada na próxima reunião. A lista de assinaturas dos presentes e as pautas desta sessão serão anexadas à presente ata. Todos os documentos serão anexados em pasta própria de arquivo do COMPLAN.

Bento Gonçalves, 17 de maio de 2011.



CLAUDIO MARCELO GERMINIANI
Diretor - FURE
CREA - RS 163.746